



CARGA TRIBUTÁRIA

BRASILEIRA – PRIMEIRO

SEMESTRE DE 2006

GILBERTO LUIZ DO AMARAL
JOÃO ELOI OLENIKE

Av. Cândido Hartmann, 50, Bigorriho, Curitiba, Pr.
Cep 80730-440 – Fone: (41) 232.9241 – Fax: (41) 222.8083
<http://www.tributarista.org.br>

CARGA TRIBUTÁRIA REVERTE TENDÊNCIA DE QUEDA E VOLTA A CRESCER

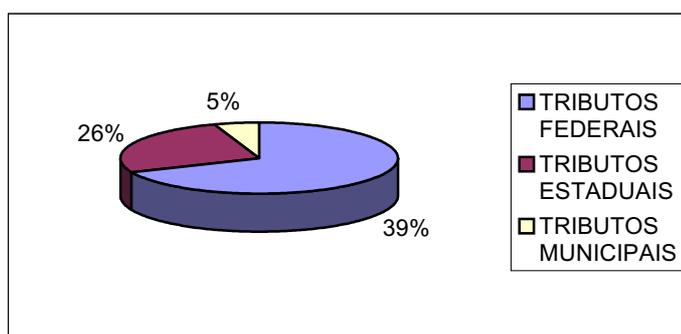
Carga Tributária atinge 39,41% do PIB do Primeiro Semestre de 2006
No primeiro semestre de 2006 foram arrecadados R\$ 392,78 bilhões
Houve aumento nominal de arrecadação de R\$ 33,09 bilhões em relação ao mesmo semestre de 2005
Crescimento real da arrecadação foi de R\$ 18,85 bilhões
Varição real das arrecadações foi de 5,04% (IPCA)
Arrecadação Federal teve crescimento real de R\$ 12,71 bilhões (4,95%)
Arrecadação dos Estados apresentou crescimento real de R\$ 5,00 bilhões (5,10%)
Tributos municipais cresceram 5,94%, em termos reais (R\$ 1,14 bilhões)
A arrecadação diária de impostos, taxas e contribuições foi R\$ 2,17 bilhões
A arrecadação tributária por segundo foi de R\$ 25.116,13
A Carga Tributária Semestral Per Capita cresceu 8,97% (nominal) e 4,75% (real)
Cada brasileiro pagou R\$ 2.132,52 de tributos no semestre
No ano, cada brasileiro pagará aproximadamente R\$ 4.302,00
Guerra fiscal ainda não prejudica a arrecadação do ICMS
A carga tributária dos últimos doze meses reverte a tendência de queda apresentada no primeiro trimestre e sinaliza nova alta em 2006

A carga tributária (somatório dos tributos federais, estaduais e municipais arrecadados) em relação ao PIB – Produto Interno Bruto do primeiro semestre de 2006 atingiu 39,41%, contra 39,16% no primeiro semestre de 2005, tendo um aumento de 0,25 ponto percentual do PIB, revertendo a tendência de queda apresentada no primeiro trimestre deste ano.

Comparando o primeiro semestre de 2006, com o mesmo período do ano anterior, houve crescimento nominal da arrecadação tributária de 9,20% (ou R\$ 33,09 bilhões) e variação real de 5,04% (IPCA, correspondendo a R\$ 18,85 bilhões). Os tributos arrecadados pela Receita Federal (acrescidos das contribuições corporativas) tiveram crescimento nominal de 7,10% (ou R\$ 12,7 bi) e variação real de 3,02% (IPCA, correspondendo a R\$ 5,62 bi); as contribuições arrecadadas pelo INSS tiveram crescimento nominal de 14,38% (ou R\$ 7,55 bi), variação real de 10,02% (IPCA, correspondendo a R\$ 5,47 bi); o FGTS teve crescimento nominal de 14,37% (R\$ 2,24 bi) e crescimento real de 10,01% (IPCA, R\$ 1,62 bi), totalizando a variação nominal dos tributos federais em 9,11% (ou R\$ 22,49 bi) e crescimento real de 4,95% (IPCA, correspondendo a R\$ 12,71 bi). Já os tributos estaduais tiveram variação nominal de 9,27% (ou R\$ 8,73 bi) e variação real de 5,10% (IPCA, correspondendo a R\$ 5,00 bi). Os tributos municipais apresentaram crescimento nominal de 10,14% (ou R\$ 1,87 bi) e real de 5,94% (IPCA, correspondendo a R\$ 1,14 bi).

Divisão da Arrecadação Tributária

No primeiro semestre de 2006, os tributos federais totalizaram R\$ 269,52 bilhões (69%), os estaduais R\$ 102,96 bilhões (26%) e os municipais R\$ 20,30 bilhões (5%).



Arrecadação Tributária Semestral *Per Capita*

A carga tributária *per capita* do primeiro semestre de 2006, em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentou crescimento de 8,97%. Isto equivale a dizer, que cada brasileiro pagou R\$ 175,53 a mais de tributos no semestre.

Projetando-se a carga tributária *per capita* para todo o ano de 2006, estima-se que haverá um aumento nominal de 9,84% nominal. Dessa forma, cada brasileiro deverá pagar de tributos em 2006 um valor de R\$ 4.380,00. Em 2005 foi R\$ 3.987,46, representando um aumento de R\$ 392,54.

Média da Arrecadação Tributária por Dia, Hora, Minuto, Segundo, considerando-se um semestre com 181 dias.

	1º. Sem/2002	1º. Sem/2003	1º. Sem/2004	1º. Sem/2005	1º. Sem/2006
MÉDIA POR DIA	1.203.634.143,95	1.475.402.307,47	1.727.810.447,10	1.987.190.483,72	2.170.033.331,16
MÉDIA POR HORA	50.151.422,66	61.475.096,14	71.992.101,96	82.799.603,49	90.418.055,47
MÉDIA POR MINUTO	835.857,04	1.024.584,94	1.199.868,37	1.379.993,39	1.506.967,59
MÉDIA POR SEGUNDO	13.930,95	17.076,42	19.997,81	22.999,89	25.116,13

Arrecadação Tributária do Primeiro Semestre – VALORES NOMINAIS

Em R\$ Bilhões

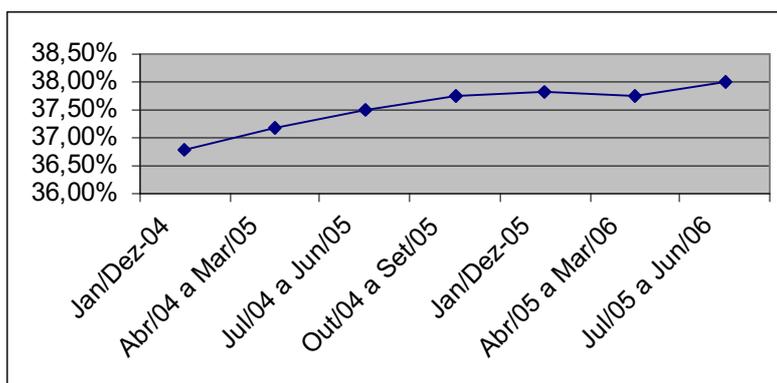
TRIBUTOS	JAN- JUN/2005	TRIBUTOS/PIB	JAN-JUN 2006	TRIBUTOS/PIB
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	4,40	0,48%	4,58	0,46%
IPI	12,38	1,35%	12,86	1,29%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	60,78	6,62%	67,39	6,76%
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	2,94	0,32%	3,20	0,32%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,05	0,01%	0,05	0,01%
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	14,29	1,56%	15,09	1,51%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	41,88	4,56%	43,46	4,36%
PIS / PASEP	10,53	1,15%	11,69	1,17%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	13,00	1,42%	14,23	1,43%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	3,81	0,41%	3,78	0,38%
FUNDAF	0,15	0,02%	0,16	0,02%
OUTRAS RECEITAS	14,73	1,60%	15,16	1,52%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL	178,94	19,48%	191,64	19,23%
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	52,48	5,71%	60,03	6,02%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS	231,42	25,20%	251,67	25,25%
FGTS	15,61	1,70%	17,85	1,79%
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS	247,02	26,90%	269,52	27,04%
ICMS	74,59	8,12%	81,16	8,14%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	7,93	0,86%	8,52	0,85%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	11,70	1,27%	13,28	1,33%
TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS	94,23	10,26%	102,96	10,33%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	17,15	1,87%	18,90	1,90%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	1,28	0,14%	1,39	0,14%
TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS	18,43	2,01%	20,30	2,04%
TOTAL	359,68	39,16%	392,78	39,41%

PIB	918,39	996,58
ARRECAÇÃO / PIB	39,16%	39,41%

Carga Tributária dos Últimos Doze Meses

A tendência de queda da carga tributária apresentada no primeiro trimestre deste ano se reverteu. Nos últimos doze meses (julho de 2005 a junho de 2006) ela atingiu o maior índice de toda a história, ou seja, 38%.

Jan/Dez-04	36,80%
Abr/04 a Mar/05	37,17%
Jul/04 a Jun/05	37,51%
Out/04 a Set/05	37,76%
Jan/Dez-05	37,82%
Abr/05 a Mar/06	37,76%
Jul/05 a Jun/06	38,00%



METODOLOGIA DO ESTUDO E BASE DE DADOS

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário faz o acompanhamento regular da carga tributária. No setor público a Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES (www.federativo.bndes.gov.br), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br), a Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) e o TCU – Tribunal de Contas da União (www.tcu.gov.br) fazem o mesmo levantamento. Mas, a falta de uma metodologia oficial de cálculo faz com que cada uma das entidades ou órgãos utilize critérios diferentes entre si, havendo diferenças entre os resultados, sem contudo comprometer os objetivos de cada um deles, que é prestar informações sobre o montante de recursos transferidos da economia para os poderes públicos federal, estaduais e municipais. Assim como a inflação é medida por diversos índices, calculados por entidades públicas e privadas, as estatísticas da carga tributária permitem à sociedade não ficar refém de pesquisas governamentais.

As diferenças entre as metodologias dos estudos residem em alguns fatores, com a constatação que todos os levantamentos utilizam a mesma base de dados para o cálculo das arrecadações federais (Secretaria da Receita Federal, INSS e Caixa Econômica Federal) e estaduais (CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária):

- a) Receita Federal: não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das contribuições corporativas e das custas judiciais; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais;

- b) IBGE: não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares;
- c) SF – BNDES: faz uma estimativa dos tributos municipais, através de um levantamento preliminar das arrecadações das três principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); e, faz uma estimativa dos valores de outros tributos cuja arrecadação não é conhecida, utilizando a mesma variação dos tributos conhecidos;
- d) IBPT – considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do CONFAZ, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao CONFAZ; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 767 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.

Estudo e Pesquisa de responsabilidade:

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário:

- Entidade criada em 11/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.

<http://www.ibpt.com.br>

ABDC – Associação Brasileira de Defesa do Contribuinte:

- Fundada em 19/12/1988, estão entre os seus objetivos: defender os contribuintes brasileiros contra os altos tributos vigentes no país, com a finalidade de exigir do poder público a diminuição da carga tributária, e o devido retorno em prestação de serviços; posicionar-se contra o aumento dos tributos e a criação de novos tributos, exigindo do poder público demonstrações financeiras que evidenciem a aplicação correta dos recursos públicos.

<http://www.contribuinte.org.br>

Coordenação:

Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL, advogado tributarista, auditor, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito e planejamento tributário;

e-mail: gilberto@ibpt.com.br

Prof. JOÃO ELOI OLENIKE, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.

e-mail: olenike@ibpt.com.br